

## É URGENTE UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DO SISTEMA FISCAL PARA CORRIGIR AS PROFUNDAS INJUSTIÇAS INTRODUZIDAS PELA “TROIKA” E PSD/CDS

Uma das medidas tomadas pela “troika” e pelo governo PSD/CDS que mais contribuiu para o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e dos pensionistas, já que causou um enorme corte no seu rendimento disponível, foi precisamente a transformação do sistema fiscal num sistema profundamente antidemocrática e injusto (*em termos relativos, paga mais imposto quem menos tem*), em clara violação do estabelecido no nº1 do artº. 103º da Constituição da República, que dispõe que um dos objetivos mais importantes do sistema fiscal é precisamente promover “*uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza*”. E como iremos provar, as medidas tomadas pela “troika” e pelo governo PSD/CDS nesta área foram no sentido contrario, agravando ainda mais as desigualdades existentes.

### MAIS DE 92% DOS RENDIMENTOS DECLARADOS PARA EFEITOS DE IRS SÃO RENDIMENTOS DO TRABALHO E PENSÕES

Embora o Capital receba a parte de leão da riqueza criada anualmente no país como mostro no livro “*Os números da desigualdades em Portugal*”, o que declara para efeitos de IRS, um imposto que supostamente devia abranger a totalidade dos rendimentos, é muito pouco, como mostram os dados constantes do quadro1, divulgados pela Autoridade Tributária do Ministério das Finanças.

Quadro 1 – Rendimentos declarados para efeitos de IRS repartidos por categorias

CATEGORIAS	2011 Milhões €	2012 Milhões €	2013 Milhões €	VARIAÇÃO 2011-2013
A- Rendimentos do Trabalho	55.403	50.792	50.837	-8,2%
H - Pensões	20.820	22.524	24.529	17,8%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>76.223</b>	<b>73.316</b>	<b>75.366</b>	<b>-1,1%</b>
<b>B+E+F+G = Outros rendimentos</b>	<b>8.322</b>	<b>7.712</b>	<b>5.824</b>	<b>-30,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>84.545</b>	<b>81.028</b>	<b>81.190</b>	<b>-4,0%</b>
<b>% Trabalho e Pensões do TOTAL</b>	<b>90,2%</b>	<b>90,5%</b>	<b>92,8%</b>	<b>3,0%</b>
<b>% Outros rendimentos do TOTAL</b>	<b>9,8%</b>	<b>9,5%</b>	<b>7,2%</b>	<b>-27,1%</b>

FONTE: Autoridade Tributária e Aduaneira - Ministério das Finanças

Em 2011, 90,2% dos rendimentos declarados para efeitos de IRS, ou seja, 76.223 milhões €, eram rendimentos do trabalho e de pensões. Os “*Outros rendimentos*”, que eram essencialmente rendimentos de Capital, representavam apenas 9,8% dos rendimentos declarados. E entre 2011 e 2013, esta desproporção ainda se agravou mais, já que neste último ano 92,8% de todos os rendimentos declarados para efeitos de IRS foram rendimentos do trabalho e pensões, cabendo aos restantes rendimentos apenas 7,2%.

E segundo também o Ministério das Finanças (dados disponíveis no Portal das Finanças), entre 2012 e 2013, o IRS liquidado teve um aumento de 2.296 milhões € (passou de 8.202 milhões € para 10.498 milhões €), e 71,2% deste aumento (1.635 milhões €) foi suportado por rendimentos do trabalho e de pensões. Os “*Outros rendimentos*”, que são essencialmente rendimentos de capital, suportaram apenas 661 milhões €. Era esta a forma como o governo PSD/PSD “poupava” os trabalhadores e pensionistas da sua política de consolidação orçamental recessiva e sem qualquer sensibilidade social.

É evidente que é logo aqui que começa as desigualdades e injustiças, já que são os rendimentos do trabalho e pensões que suportam quer a maior parte da carga fiscal quer a maior parcela dos aumentos registados nela.

### O ENORME AUMENTO DE IMPOSTOS ATINGIU FUNDAMENTALMENTE OS RENDIMENTOS BAIXOS E MÉDIOS

Os dados referentes a 2013, que só recentemente o Ministério das Finanças divulgou, revelam que foram precisamente as classes baixas e médias da população que foram mais atingidas pelo enorme aumento de impostos do trio “*Troika*”/Vitor Gaspar/PSD/CDS. O quadro 3, com dados também divulgados pelo Ministério das Finanças, mostra com clareza o que aconteceu neste período.

**Quadro 2- IRS liquidado por escalões de rendimento bruto em 2012 e em 2013**

ESCALOES DE RENDIMENTO	2012 - Milhões €	2013 Milhões €	VARIAÇÃO 2012-2013
0	9	52	477,8%
01- (1€ a < 6000€)	12	55	358,3%
02- (6000€ a < 10.000€)	80	205	156,3%
03- (10.000€ a < 13.500€)	181	319	76,2%
04- (13.500€ a < 18.000€)	438	653	49,1%
05- (18.000€ a 27.500€)	857	1.265	47,6%
06- (27.500€ a < 32.500€)	586	741	26,5%
07- (32.500€ a < 40.000€)	817	1.114	36,4%
08- (40.000€ a < 50.000€)	891	1.155	29,6%
09- (50.000€ a < 100.000€)	2.516	3.073	22,1%
10- (100.000€ a 250.000€)	1.320	1.414	7,1%
11 - (Iguar ou maior 250.000€)	495	450	-9,1%
<b>TOTAL</b>	<b>8.202</b>	<b>10.496</b>	<b>28,0%</b>

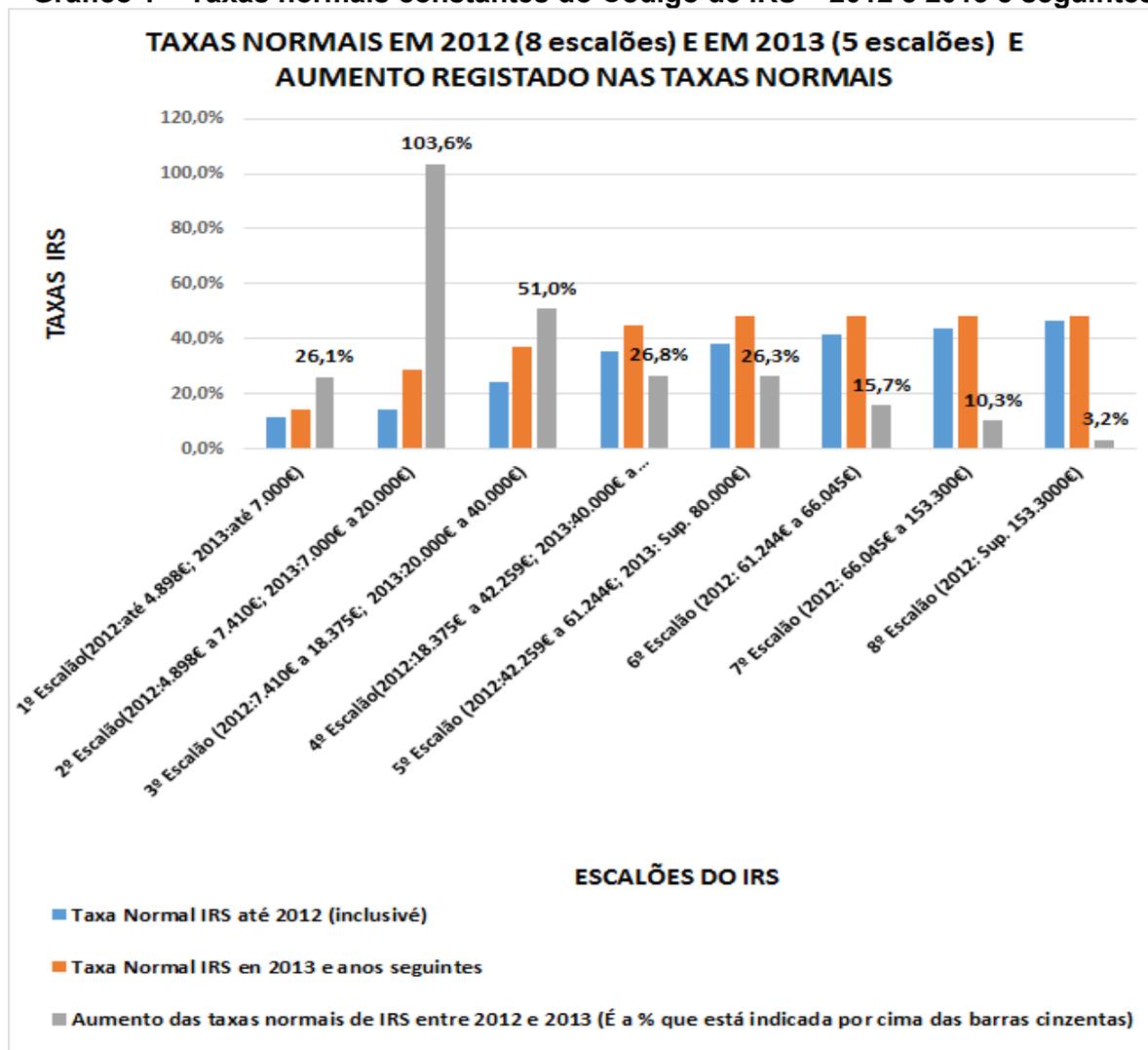
FONTE: Autoridade Tributária e Aduaneira - Ministério das Finanças

Foram precisamente nos escalões mais baixos e médios que a receita fiscal de IRS mais aumentou (entre 477,8% e 156,3%) como consequência das alterações feitas pelo governo PSD/CDS no Código do IRS, nomeadamente na tabela de IRS (escalões e taxas), enquanto no escalão mais elevado (rendimento bruto de valor igual ou superior a 250.000€/ano) a receita até registou uma quebra de 9,1%.

**O AUMENTO DAS TAXAS DE IRS FOI MAIOR NOS ESCALÕES MAIS BAIXOS**

O gráfico 1, mostra as taxas normais que vigoraram até 2012, e as que que entraram em vigor em 2013, bem como o aumento em percentagem que tiveram as taxas em 2013.

**Gráfico 1 – Taxas normais constantes do Código de IRS – 2012 e 2013 e seguintes**



Embora tivéssemos de sobrepor os escalões para tornar de mais fácil apreensão as alterações profundas e injustas introduzidas no Código do IRS pelo governo PSD/CDS (redução do número de escalões, aumento das taxas e criação de mais impostos que atingiram fundamentalmente trabalhadores e pensionistas), no entanto a simples observação do aumento verificado nas taxas de IRS em 2013, ilustrado na barra cinzenta que tem a percentagem do aumento registado em cada escalão, mostra que o agravamento das taxas de IRS foi enorme, nomeadamente nos rendimentos das classes baixas e médias da população, agravando assim a grave injustiça fiscal já existente.

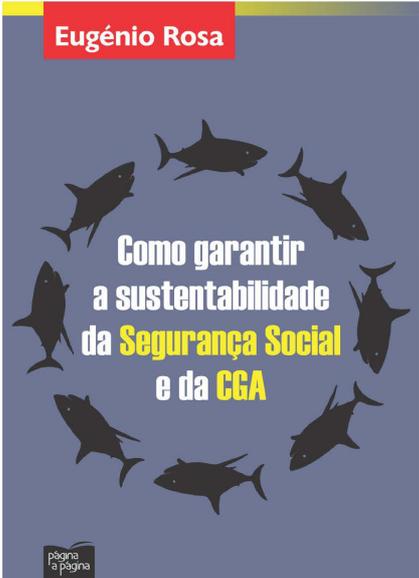
Como mostra o gráfico 1, foram os contribuintes com rendimentos mais baixos e médios que tiveram de suportar maiores aumentos de taxas de IRS (para muitos deles a subida variou entre +26,1% e 103,6%), verificando-se no escalão de rendimentos mais elevados um aumento de apenas 3,2% (*em termos gerais, pode-se dizer que quanto mais elevado é o escalão, menor foi o aumento da taxa*).

É claro o agravamento da injustiça fiscal que se pretendeu friamente implementar sem qualquer sensibilidade social, o que foi aumentado pela redução do número de escalões de IRS de oito (em 2012) para apenas cinco (em 2013 e anos seguintes), o que reduziu ainda mais a progressividade deste imposto, agravando mais a injustiça fiscal e as desigualdades.

**É toda esta situação de grave e enorme injustiça fiscal criada pela “troika”/governo PSD/CDS que é preciso inverter rapidamente por meio de uma reforma democrática do sistema fiscal português.**

Eugénio Rosa  
29.11.2015  
[edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)

**AGRADECIA QUE DIVULGASSEM A SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DO LIVRO “COMO GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL E CGA”, QUE SERÁ FEITA PELO ARMÉNIO CARLOS, E QUE TERÁ LUGAR NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2015, NO AUDITÓRIO DO MONTEPIO, NA RUA DO OURO, ÀS 18 HORAS**



**CONVITE**

A Editora Página a Página tem o prazer de o(a) convidar para a sessão de apresentação da obra

**COMO GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL E DA CGA**  
de Eugénio Rosa

no próximo dia **15 de Dezembro**, terça-feira, pelas **18.00 horas** no **Auditório do Montepio Geral**, Rua Áurea, 219, 6.º andar, Lisboa

A obra será apresentada por Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP-IN, e conta com a presença do autor